



Foto: Sindsprev-PE

Greve do INSS aponta avanços para categoria

Em Pernambuco, os servidores do INSS que paralisaram seus trabalhos na greve, retornaram às suas atividades na última segunda-feira (16), após longos 51 dias de trabalho exausto na luta por benefícios para a categoria, com o avanço nos resultados que atenderam às demandas da pauta específica.

A decisão partiu da assembleia que foi realizada na sede do Sindsprev-PE, no

dia 12 de maio, com a categoria participando presencialmente e em sistema remoto. Com votos unânimes, todos, diante das propostas que foram negociadas com o presidente do INSS, Guilherme Serrano e o Ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira, que assinaram o compromisso da criação da Carreira Típica de Estado e do Comitê Gestor de Carreiras, além de outros direitos reivindicados pelos

trabalhadores durante todo o processo, como por exemplo, a reposição do salário descontado na greve de 2009 e dos dias em que os servidores do INSS pararam nesta greve de 2022.

Com o avanço das negociações decidiu-se pela suspensão da greve e manutenção em estado de greve até assinatura do acordo. A categoria, apesar de decidir pelo retorno às atividades, não encerrou o movi-

mento grevista porque a pauta salarial ainda não foi negociada. Apesar de o movimento ter sido aderido somente pelo INSS, a categoria toda reivindica recomposição salarial de 19,99% e o que antes era só para os policiais, agora o governo já admite conceder um reajuste para todos os trabalhadores federais, ainda que informalmente e por isso, é necessário que a categoria continue unida e mobilizada.

Ministros militares com dinheiro em vantagem- PÁG 3

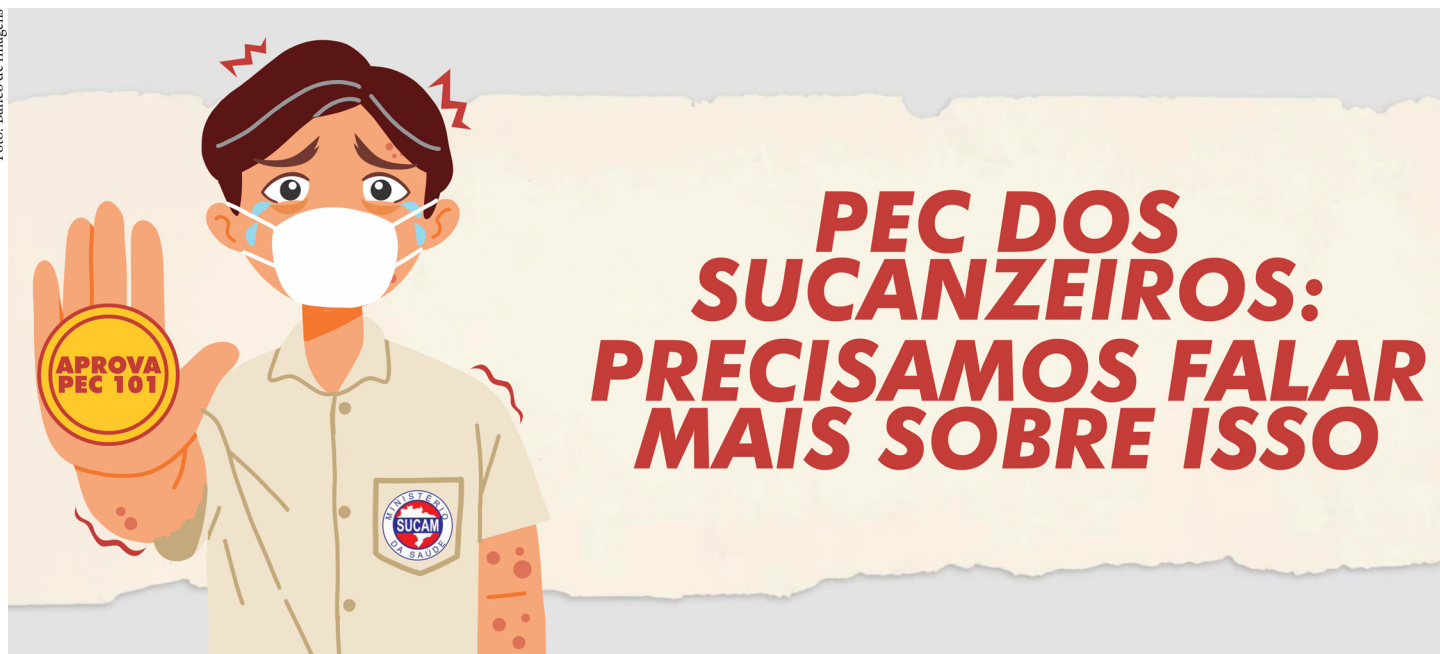


Foto: Agência Brasil

Parceria: Sesc e Sindsprev-PE - PÁG 4



Foto: Banco de Imagens



PEC DOS SUCANZEIROS: PRECISAMOS FALAR MAIS SOBRE ISSO

Sindicatos de servidores públicos federais e outras entidades pró-servidores uniram forças e se mobilizaram a favor da PEC - 101/19, ou “PEC dos ex-sucanzeiros”, como é conhecida, que continua na pauta da luta constante dos trabalhadores que cobram pela correção do Estado ao dano causado para os trabalhadores que sofreram as consequências da falta de proteção e compromisso da extinta Sucam (hoje, Funasa/MS). Apesar do tempo e de todos os fatos, essa PEC já encontrou muitos bloqueios, inclusive vetos.

Depois de aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em outubro de 2021, a luta de agora é pela instalação de uma Comis-

são Especial para analisar e aprovar o PL que garante a concessão de plano de saúde aos servidores da antiga Sucam, contaminados pelo manuseio de inseticidas como Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) e o Hexaclorobenzeno (BHC) no exercício de suas atividades profissionais.

Sob comprovação de exames, os profissionais que atuaram como guardas em tempos de Sucam, hoje enfrentam problemas respiratórios, cardiovasculares dentre outras complicações na saúde em virtude da intoxicação com o produto. Dos trabalhadores que tiveram contato com o DDT, 90% foi a óbito antes de chegar aos 30 anos, isso diz muito sobre o grau de mortalidade alarmante e precoce para esse

grupo onde são poucos os que conseguem chegar aos 60. Durante o período em que exerciam suas atividades, os sucanzeiros foram regidos por um manual que ficou sem reforma por 30 anos, com regras muito rígidas sobre a borrifação, porém, simplórias quando se tratava da manipulação e preparo do inseticida.

Para o diretor do Sindsprev, João Rodrigues, ex-sucanzeiro, “essa conquista é uma vitória para todos nós, que nos vimos prejudicados com a contaminação dos inseticidas usados naquela época. Esse reconhecimento, mesmo que tardio, precisa ser apoiado por todos os segmentos políticos, na câmara e nas outras instâncias. É preciso que haja

uma correção desse erro drástico e apoio com aquilo que temos, que é o grito de todos os trabalhadores. Desejo que sejam reparadas todas as injustiças feitas a esses trabalhadores dos quais eu também faço parte.

A aprovação do PL pela CCJ já é um passo importante e vai garantir a continuidade da tramitação, assegurando a dignidade dos trabalhadores que dedicaram suas vidas para salvar milhões de brasileiros e hoje enfrentam esse drama, contudo, o projeto se encontra parado na Câmara. O Sindsprev apoia, juntamente com as outras entidades filiadas que se mobilizam para buscar justiça em prol dos direitos dos servidores públicos da antiga Sucam.

Expediente

INFORMATIVO EDITADO PELA SECRETARIA DE IMPRENSA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS FEDERAIS EM SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Rua Marques de Amorim, 174, Boa Vista, Recife-PE.
CEP 50070-335.
Fone: (81) 2127-8333.
Site: www.sindsprev.org.br
E-mail: siprevpe@uol.com.br

Coordenação Geral: Luiz Eustáquio
Secretaria Geral: Irineu Messias
Secretaria de Imprensa e Comunicação: Silvaneide Márcia

Jornalista Responsável e Edição: Martihene Oliveira
Textos: Martihene Oliveira
Projeto Gráfico e Diagramação: Daniele Cardoso

Ministros Militares tiveram rendimentos altíssimos após portaria emitida por Bolsonaro

O governo Bolsonaro registrou o salário mínimo com menor poder de compra desde 1994, e o que também vem à tona nos últimos dias é que os ministros militares desse mesmo governo receberam valores altíssimos em seus salários depois que o presidente emitiu uma portaria que beneficia diretamente esse grupo. Além deles, também estão ex-integrantes das Forças Armadas que passaram em concursos públicos e se tornaram auditores-fiscais ou professores universitários depois que deixaram a Aeronáutica, o Exército ou a Marinha.

Editada em abril do ano passado, a portaria do governo beneficia com altos rendimentos mensais o próprio presidente, o vice gene-

ral Hamilton Mourão (Republicanos), ministros militares e um grupo restrito de cerca de mil servidores federais que tinham desconto na remuneração para respeitar o teto constitucional, de R\$ 39,3 mil, que é o salário dos ministros do Superior Tribunal Federal (STF).

Enquanto servidores públicos civis lutam pela reposição da inflação de 19,99% após cinco anos sem reajuste de salário, e com quase 40% de perdas de poder de compra, os aliados do presidente tiveram à sua disposição até R\$78,6 mil por mês.

O maior valor ficou com o general Luiz Eduardo Ramos, que é ministro da Secretaria-Geral, segundo afirma Folha de S. Paulo. Nos últimos 12 meses, desde que a portaria foi publicada, ele recebeu R\$ 874



Foto: Agência Brasil

mil. Se o teto salarial tivesse sido aplicado, ele receberia R\$ 350,7 mil a menos em seu contracheque.

De acordo com a Constituição, a remuneração para cargos públicos, pensões e outras vantagens não pode exceder o salário dos ministros do STF. A portaria do governo Bolsonaro, dri-

blou a Constituição ao criar uma espécie de teto duplo. Ela estabelece que o teto será aplicado para cada rendimento e não mais para a soma de tudo que a pessoa recebe do governo federal. Com isso, militares da reserva puderam somar as aposentadorias aos seus salários da ativa.

Servidores do MTP-PE realizam ato público na frente do Ministério do Trabalho

Foto: Sindsprev-PE



Na manhã do dia 10 de maio, os servidores do INSS se uniram aos do Ministério do Trabalho e Previdência de Pernambuco (MTP-PE) para reivindicar a pauta salarial da categoria em frente ao órgão.

Na mobilização foi entregue carta aberta à população, que afirmava a real condição dos servidores públicos federais e pedia o apoio para a luta em favor da repo-

sição salarial: “Somos profissionais especializados e treinados para atender à população. Prestamos todas as informações e orientações para você procurar seus direitos enquanto trabalhador. Atuamos para que seu FGTS seja depositado em dia. Enquanto o salário mínimo aumenta anualmente, os nossos estão congelados há mais de cinco anos”.

O apelo também se estendeu para o esclarecimento da realidade de trabalho: “um servidor do MTP em início de carreira, após ter passado anos se preparando para o concurso, tem remuneração equivalente a 2,8 salários mínimos. Isso antes de incidir os descontos do INSS, Imposto de Renda, e do plano de assistência à saúde (para quem ainda consegue pagar)”.

O ato contou com discursos de representantes do MPT-PE, de movimentos sociais e de diretores do Sindsprev Pernambuco que puseram em pauta o descaso do governo com o funcionalismo público, reforçando a importância da reivindicação pelo reajuste salarial.

Para Irineu Messias, secretário-geral do Sindsprev-PE, a luta da categoria precisa continuar para que o governo entenda a importância do trabalho de todos. “A luta não é só pelos servidores, mas por todo o povo brasileiro que sofre com o descaso de uma fila de quase 3 milhões de processos atrasados. Não podemos nos conformar com isso”, concluiu.

Centro de Formação e Lazer recebe 19º Congresso do Movimento Negro Unificado

Foto: Sindsprev-PE



Entre os dias 12 e 15 de maio, foi realizado o 19º Congresso do Movimento Negro Unificado (MNU) no auditório do Centro de Formação e Lazer - CFL do Sindsprev-PE, com mais de 350 pessoas reunidas durante dias e noites de troca de conhecimento, discursos de resistência e empoderamento do povo preto.

Em Pernambuco, o MNU é coordenado por Marta Almeida, o tema do congresso foi "Aquilombar é

preciso: 522 anos de construção, crescimento e resistência pelo legado e Dan-dara e Zumbi com a lança nas mãos", o evento trouxe ao destaque o nome de Luiza Bairros, primeira coordenadora nacional do MNU que também é referência de militância e pensamento da luta antirracista no Brasil.

Os diretores do Sindsprev-PE também se fizeram presentes. O coordenador-geral do sindicato, Luiz Eustáquio, que também é vereador do

Recife e vice-presidente da Comissão de Igualdade Racial da cidade, discursou sobre a importância da união do povo preto para a promoção das políticas públicas que desbravam inclusive as comunidades periféricas, onde o negro é a massa majoritária.

"Nós sabemos que a nossa luta é uma luta justa, e para nós, é uma felicidade estar sediando o congresso do MNU. Precisamos que seja feita justiça em fa-

vor do nosso povo porque só nós sentimos na pele a alta discriminação social, fruto de uma cultura escravagista que não acabou ainda. Nossa luta é muito presente, mesmo fazendo 134 anos da pseudo libertação, ainda querem nos escravizar, mas não vamos deixar", afirmou.

Além de Luiz Eustáquio, participaram os diretores Iacelys Carvalho e Cícero Amorim, como delegados convidados do Congresso, junto com Teresa Cristina, delegada de base, representante do Hospital Getúlio Vargas - HGV e o deputado estadual, cofundador do Sindsprev, Isaltino Nascimento.

Encantada com o grande número de jovens no congresso, Iacelys elogiou a organização do evento e disse se sentir feliz pela experiência adquirida durante os dias: "o congresso serviu para mostrar que o trabalho contra o racismo está vivo e tem bastante reconhecimento entre os nossos. Antigamente, os negros não se sentiam empoderados e agora o empoderamento está cada vez maior", concluiu.

Parceria: Sindsprev fecha convênio com SESC-PE

O Sindsprev-PE fechou mais uma parceria que beneficia a todas e todos os seus filiados. Dessa vez, o Sesc-PE está em nossa lista de convênios que além de direito de acesso à toda estrutura para benefícios de educação, cultura, saúde, lazer e assistência, ainda permite desconto de 10% em Pernambuco. Nos demais estados do Brasil, os servidores também poderão usufruir da rede de hotelaria.



Para oficializar a parceria, haverá uma cerimônia de assinatura que será realizada nos próximos dias com a gestão do sindicato e o presidente do Conselho Regional do Sesc e da Fecomércio-PE, Bernardo Peixoto dos Santos Oliveira Sobrinho.

Após a assinatura do convênio iremos divulgar como os servidores terão acesso a carteira digital para que possam desfrutar dos benefícios disponíveis.